

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.589 - PA (2018/0316058-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS ALVES DE MENDONÇA
AGRAVANTE : MAX LUIZ COSTA PANTOJA
AGRAVANTE : DANIEL GUSMAO RODRIGUES
AGRAVANTE : WILLAME CRUZ CHAVES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LUIZ CARLOS ALVES DE MENDONÇA, MAX LUIZ COSTA PANTOJA, DANIEL GUSMÃO RODRIGUES e WILLAME CRUZ CHAVES contra decisão que inadmitiu o recurso especial manejado em face do acórdão proferido pela 2ª Turma Criminal Isolada do Tribunal de Justiça do Pará, nos autos da Apelação Criminal n. 0002157-50.2006.8.14.0201.

Depreende-se dos autos que os agravantes foram condenados às penas de 28 anos de reclusão, regime inicial fechado, como incursos nas sanções do artigo 157, § 3º, última parte, c/c artigo 29 do Código Penal.

No julgamento da apelação, o tribunal de origem negou provimento ao recurso da defesa, mantendo incólume a sentença.

Interposto recurso especial, este não foi admitido pela Instância de origem, ensejando a presente insurgência, na qual o agravante sustenta que o óbice indicado na decisão objurgada não incidiu *in casu*.

Requer o acolhimento do agravo a fim de que seja admitido e provido o apelo raro.

O Ministério Público Federal, às fls. 711-713, manifestou-se pelo não provimento do agravo.

É o relatório.

No recurso, pretendem os recorrentes, em síntese, a absolvição do crime de latrocínio, por inexistirem provas suficientes para corroborarem com suas condenações.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade provisório ali realizado, constata-se que, de fato, o recurso especial interposto não merece seguimento.

Com efeito, no que concerne ao pedido absolutório, o Tribunal *a quo*, ao julgar o apelo, expendeu (e-STJ fls. 627-629):

"Todavia, analisando os autos, observo que as provas dos autos apontam inequivocamente os apelantes como autores do bárbaro latrocínio ora julgado. Com efeito, a materialidade resta comprovada pelo laudo pericial de fl. 279, o qual atestou a morte da vítima por choque hipovolêmico causado pelos golpes de faca sofridos.

Igualmente, a autoria está sobejamente meio dos depoimentos das testemunhas, as quais narraram o bárbaro latrocínio do qual Siderley de Lima foi vítima. Com efeito, a testemunha José Severo da Costa Baliero (fl. 326).

(...)

Tal depoimento foi corroborado pelas declarações dos dois menores que participaram do crime. Conforme termo de audiência juntado às fls. 207/214, os menores Fabrício Garcia Rodrigues e Lúcio Jorge Pereira da Silva Filho, respectivamente, detalharam a ação dos apelantes, demonstrando como a vítima foi primeiro imobilizada, para depois ser covardemente espancada e morta, a fim de propiciar a subtração patrimonial.

(...)

Como se vê, a materialidade e a autoria do crime se encontram sobejamente demonstradas, não havendo por que se falar em absolvição por insuficiência de provas. Assim, mantenho a condenação."

Com efeito, da análise ao aresto vergastado, infere-se que a Corte de origem, após o reexame dos elementos coligidos no curso da instrução criminal, ratificando a decisão de piso, assentou pela existência, nos autos, de provas aptas e concludentes para fundamentar a condenação dos recorrentes pelas condutas descritas no artigo 157, § 3º, última parte, c/c artigo 29 do Código Penal.

Note-se que é assente nesta Corte o entendimento segundo o qual "*cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar o decreto condenatório, ou a ensejar a absolvição, porquanto é vedado, na via eleita, o reexame de provas, conforme disciplina o enunciado 7 da Súmula desta Corte*". (EDcl no AREsp 771.666/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016).

Desse modo, admitir o recurso por suposta contrariedade à lei federal, no intuito de modificar as conclusões da competente instância revisora, para abrigar o pleito defensivo de absolvição por insuficiência de provas, não encontra espaço na via eleita, porquanto demandaria a este Sodalício imprescindível revolvimento do material fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias, sabidamente incabível em sede de recurso especial, conforme já assentado pelo Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTOS QUALIFICADOS CONSUMADOS E TENTADOS (ART. 155, § 4º, I E II, C/C O ART. 14, II, DO CP). CAIXAS ELETRÔNICOS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

3. Verificar a ausência ou insuficiência das provas para a condenação, considerando as afirmações do acórdão em sentido contrário, demandaria ampla e demorada incursão no acervo fático-probatório carreado aos autos, providência inadmissível na via eleita, nos termos da Súmula 7/STJ, segundo pacífica orientação da jurisprudência desta Corte.

4. Agravo Regimental desprovido. (AgRg nos EDcl no AREsp 843.975/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016 - grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NULIDADES. RECONHECIMENTO PESSOAL EM SEDE POLICIAL. INOBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS. NÃO CORROBORAÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. ANÁLISE. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DE PROVA PELA DEFESA. AUSÊNCIA DE PROVAS PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO. AFERIÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. TERCEIRA FASE. MAJORANTES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PATAMAR DE 5/12. RAZOABILIDADE.

(...)

3. O exame do pedido de absolvição por ausência de provas, por ofensa aos arts. 156 e 386, VII, do Código de Processo Penal, também demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, por força da já mencionada Súmula 7/STJ.

(...)

7. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1476817/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 25/02/2016 - grifou-se)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. PROVAS EXTRAJUDICIAIS CORROBORADAS EM JUÍZO. DECLASSIFICAÇÃO PARA FURTO QUALIFICADO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DOSIMETRIA. DESLOCAMENTO DE CAUSA DE AUMENTO PARA EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Afastar a condenação imposta pelas instâncias ordinárias para absolver o agravante por insuficiência de provas de autoria demanda o reexame do caderno fático-probatório dos autos, o que é vedado conforme Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 580.698/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 18/08/2015 – grifou-se)

PENAL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. A reforma do acórdão recorrido, notadamente no que se refere à autoria do crime imputado ao agravante, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável no âmbito do recurso especial, em razão do óbice previsto na Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 727.171/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 27/11/2015)

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o apelo nobre, **conhece-se do agravo para não conhecer o recurso especial**, nos termos do artigo 34, VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

